

A VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO À BAHIA EM 1618

JOSÉ ROBERTO DO AMARAL LAPA

Desde as iniciativas de Paulo Prado ao publicar os livros das Visitações do Tribunal do Santo Ofício à Bahia (1591-1592) e a Pernambuco (1593-1595) (1), e da Biblioteca Nacional do Rio em incluir nos seus "Anais" as denúncias da segunda Visitação da Bahia em 1618 (2) — aqueles do século XVI dando ensejo às excelentes introduções feitas por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia respectivamente, e a do século XVII a outro estudo introdutório de Rodolfo Garcia, — que praticamente nada mais tínhamos sobre a Inquisição no Brasil em nossa bibliografia.

Alguns trabalhos portugueses que muitas vezes se referem quase acidentalmente às Visitações a algumas partes do Brasil não chegaram a enriquecer ou a corresponder à necessidade de uma biblioteca de estudos históricos, sociais e culturais em geral, desejável para o aproveitamento de textos tão estimulantes e sugestivos.

É realmente de estranhar-se que a riqueza de uma das raras fontes não oficiais de história, particularmente de história social do Brasil, não tenha atraído nossos estudiosos, atrasando assim consideravelmente o conhecimento da sociedade brasileira colonial através dos "flashes" do Santo Ofício.

Porventura o desconhecimento dos recheos que dormitam nos arquivos de Portugal, onde o Arquivo Nacional da Torre do Tombo conserva material sobre a Inquisição Portuguesa (metrópole e colônias) que absorverá por anos seguidos o trabalho de não poucos pesquisadores, ou então um certo descaso em refletir sobre as confissões e denúncias, espremendo-as para obter o muito que elas ainda têm por dizer, isto é, que elas significam (e que está além do que foi balbuciado por confessos e denunciantes perante as mesas Inquisitórias), deverão ser responsáveis por essa situação de retardamento da consciência que se poderá ter dos processos monitoriais no Brasil.

(1) *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil (Denúncias da Bahia-1591/1593)*, Série Eduardo Prado, São Paulo, 1922, 2.^a edição em 1935; *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil (Confissões da Bahia-1591/1593)*, Série Eduardo Prado, S. Paulo, 1922; *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil (Denúncias de Pernambuco-1593/1595)*, Série Eduardo Prado, S. Paulo, 1929.

(2) «Livro das Denúncias que se fizeram na Visitação do Santo Ofício à cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil, no ano de 1618», in *Anais da Biblioteca Nacional do Rio*, Vol. XLIX, Rio, 1936.

Datando aquelas edições, inicialmente apontadas de mais de trinta anos, constata-se desde logo o estado em que nos encontramos com respeito ao conhecimento sobre a atuação do Santo Ofício no Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII.

Entretanto, ultimamente alguns investigadores brasileiros resolveram arregaçar as mangas e debruçar-se sobre os manuscritos da Torre do Tombo conjecturando naturalmente sobre as suspeições que Capistrano de Abreu tinha a respeito do que ainda estava a seu tempo e continua a estar por ser revelado em relação às andanças inquisitoriais no Brasil. As conseqüências desse trabalho já se têm revelado das mais significativas (3).

Há algum tempo, aguardávamos os resultados das pesquisas da professora Sônia Siqueira nos arquivos portugueses, sabedores que somos ter ela passado cerca de um ano naquele país investigando especialmente os inesgotáveis acervos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo sobre a Inquisição no Brasil, onde desde já nos indica os rumos que o futuro pesquisador deverá tomar ao lançar-se a esse vasto campo (pp. XVIII e XIX).

Dois amostras que a autora deu a público nos permitem antever o que ainda estava e está por ser descoberto sobre o assunto. Referimo-nos à comunicação que fez ao III Simpósio Nacional de Professores Universitários de História sobre *O artesanato e o privilégio. Os artesões no Santo Ofício no século XVIII no Brasil* e à publicação agora deste livro das confissões e ratificações da Segunda Visitação da Bahia em 1618 (4), que permanecia ignorado nas prateleiras da Torre do Tombo, e cujo texto se faz acompanhar de um estudo feito em co-autoria com o prof. Eduardo d'Oliveira França que o enriquece sobremaneira.

Embora Rodolfo Garcia ao escrever (1936) a Introdução do livro das denúncias dessa Visitação afirme que se ignorava o paradeiro das confissões, acham agora os seus descobridores e introdutores que possivelmente Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo já haviam deitado os olhos sobre o códice. O que mais nos interessa entretanto é a importância de sua divulgação que permitirá agora novas reflexões sobre a presença dos cristãos-novos no Brasil colonial e sobre a atuação dos açodados visitantes sempre preocupados na apuração das heresias, apostasias e aberrações de diferente espécie.

No que diz respeito à massa de informações fornecidas pelo texto das confissões propriamente ditas, o estudo que as introduz nesta publicação, uma vez cotejado com as introduções ricas e bem trabalhadas que Capistrano e Rodolfo Garcia fizeram às outras publicações congêneres da Bahia e Pernambuco do século XVI, constataremos que o trabalho dos professores EOF e SAS com ser mais exaustivo, não deixa também de ser sugestivo, iluminando o documento ao valorizar o que ele diz, procurando compreender o que ele deixa de dizer e não insistindo no que ele poderia ter dito.

Dando ao leitor suas idéias a respeito da História, particularmente da História social, os autores nos transmitem algumas páginas de extrema vivacidade, geralmente raras em nossa literatura histórica, mas que já estávamos acostumados a admirar nas falas do prof. França. Sobre o estilo então, há que se dizer algo preliminarmente, quase telegráfico, prejudicado pelo caráter abusivo e barroco de poucas palavras, onde cada frase é uma tentativa de síntese para que o conjunto

(3) Naturalmente com implicações para o estudo da Inquisição no Brasil, vêm sendo também realizadas pesquisas sobre os judeus no Brasil, conforme José Gonçalves Salvador, «Os cristãos-novos nas capitanias do Sul» (séculos XVI e XVII) in *Revista de História*, U.S.P., n.º 51, S. Paulo, 1962. Esse autor prossegue ao que sabemos suas pesquisas sobre os cristãos-novos no Brasil, tema que atrai presentemente, pelo que temos conhecimento, outros dois investigadores de nacionalidade israelense.

(4) «Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil» (1618-1620), Introdução de Eduardo D'Oliveira França e Sônia A. Siqueira, Separata dos *Anais do Museu Paulista*, Tomo XVII, São Paulo, 1968.

muitas vezes mais sugira do que propriamente diga, mostra por exemplo a cada passo o atropelo das imagens e o gosto pelo emprêgo de expressões emprestadas à linguagem médica.

Os autores destacam a importância dos "flashes" com que os colonos são "surpreendidos" (de uma surpresa quase sempre preparada) pelas audiências inquisitoriais. Assim, por exemplo, temos apontado o valor do depoimento de pessoas do povo, do mesmo "povo" que tantas vezes é considerado *ausente* da colônia, quando não do nosso processo histórico, mas que através das lunetas inquisitoriais comparece inconscientemente a esse processo. São qualificados, nomeados, mas paradoxalmente sua comparência é anônima. Embora quantitativamente inexpressivos no conjunto numérico da sociedade que integravam, oferecem contudo uma amostra bastante válida para o esforço de compreensão pretérita do historiador.

Motivados sobretudo no fato de que o Inquisidor de 1618 fôra designado para a Bahia e Angola, tendo entretanto funcionado apenas naquela colônia, mostram os autores a saciedade a importância das relações Brasil-Angola, tema já antes abordado por autores como Charles R. Boxer e José Honório Rodrigues, mas que ainda continua prometendo tantas revelações diante da massa documental que a respeito ainda está por ser conhecida, particularmente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

Com argúcia é também desenredada a questão da identidade do Inquisidor D. Marcos Teixeira, convencendo-nos afinal de que ele era um homônimo do famoso bispo da expulsão holandesa da Bahia.

Ao estudarem "A Bahia e o Atlântico" com a amplitude e as ambiciosas implicações que emprestaram às suas reflexões, inclusive tonificando menos a redação dessa parte do que em relação ao estilo usado na Introdução propriamente dita, mesmo porque esta tratava mais da história social, ao passo que naquela é a história econômica que é enfocada, a visitaçào mais aparece como uma espécie de pretexto para dar margem ao elucidativo estudo sobre as relações da Bahia ou sua participação mesma no complexo comercial atlântico.

Como esforço historiográfico integrador do Brasil na história contemporânea, o estudo chega em certos momentos a ser bastante sugestivo, representando algumas de suas coordenadas a correta maneira de se estudar a história colonial brasileira, o que naturalmente deve ter sido facilitado pela condição de ambos os professores lecionarem — um deles história moderna e contemporânea e o outro história ibérica.

É sobretudo nessa parte do trabalho que não se perde a mínima oportunidade para o levantamento de sugestivas hipóteses, conexões e interpretações, ao mesmo tempo que nos mostram as dezenas de temas que se encontram à espera de estudo. Partiram quase sempre do geral para o particular num esforço integrador da colônia no complexo histórico que pelo menos até há pouco era sistematicamente ignorado, mas que agora se vê como funcionou com a intensidade, continuidade e amplitude que justificam plenamente o seu conhecimento.

O estudo sobre o tráfico africano, embora circunscrito quase só a Angola, oferece toda uma gama de atraentes reflexões, subsidiando consideravelmente trabalhos sobre a economia colonial, como os de Celso Furtado e Caio Prado Júnior.

Também uma série de temas como a história da Bahia, história marítima brasileira, história das relações do Brasil com a África, integração do Brasil no complexo comercial atlântico, relações do Brasil com as ilhas portuguesas, história do açúcar na Bahia, etc., recebem boa contribuição neste estudo a propósito da Inquisição na Bahia.

Dada a importância da edição, seria de todo aconselhável que seus responsáveis promovessem a reedição comercial, colocando assim o texto ao alcance de um público maior, oportunidade em que poderiam, por exemplo, cuidar melhor de alguns detalhes que só beneficiarão o trabalho. Assim, muito embora as obras

consultadas sejam apontadas nas notas de rodapé, como essas citações nem sempre estão completas, isto é, trazendo dados como data de edição, casa editôra, etc., seria interessante uma bibliografia completa no fim do volume. Arrolada a bibliografia, então seria possível tolerar uma citação simples como esta, por exemplo, posta em nota de rodapé à página 190: Doc. Hist., sem que saibamos direito contudo, quais são esses documentos históricos. Também a indicação de manuscritos devia ter sido melhor especificada, como na página XIV, na nota de rodapé quando menciona "Documentos da Biblioteca da Ajuda, 154" sem que seja possível ao leitor saber se é o número e a indicação de um manuscrito da Biblioteca da Ajuda ou o número constante no Catálogo de Documentos da Biblioteca da Ajuda que interessam ao Brasil, etc.

